

Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária

Henrique Caetano Nardi
Manoela Carpenedo Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O artigo visa a discutir as implicações éticas da inserção no mercado de trabalho no contexto da nova economia e da Economia Solidária. As análises do contexto sócio-econômico em voga usualmente contrapõem a solidariedade/associativismo à competitividade/individualismo. Buscando problematizar essa suposta oposição, investigamos como a solidariedade é compreendida por 40 jovens divididos/as em dois grupos: 20 trabalhadores/as inseridos em ocupações ligadas à telefonia móvel, à informática e internet e ao setor bancário pós-reestruturação e 20 trabalhadores/as vinculados a projetos de Economia Solidária e associativismo. Por meio de entrevistas inspiradas na abordagem biográfica e da resolução de um dilema ético buscamos entender quais os acontecimentos que marcam a vida destes/as jovens e influenciam as formas de inserção no laço social, do ponto de vista do trabalho e das relações sociais.

Palavras-chave: Economia solidária; jovens; trabalho; subjetividade; autogestão.

ABSTRACT

Solidarity, competitiveness and ethical reflexivity in the new economy and social economy's contexts

This article discusses the ethical implications of the new economy and social economy labor market's insertion. The usual analyses of the social and economical context oppose solidarity/associability to competitiveness/individualism. In order to question this supposed opposition, we investigated how the concept of solidarity is understood by 40 young workers divided in two groups: 20 workers employed in occupations associated to mobile telephone companies, informatics, internet and the bank's sector post downsizing and 20 workers linked to social economy and associative projects. We used biographic approach's interviews and an ethical dilemma in order to understand which events marked the young workers' lives and have influenced the ways they are engaged in the social bond, mainly concerning work and social relationships.

Keywords: Social economy; young workers; work; subjectivity; self-management.

RESUMEN

Solidariedad, competitividad y reflexión ética en los contextos de la nueva economía y de la economía solidaria.

El estudio propone discutir las implicaciones éticas de la inserción en el mundo laboral teniendo en consideración el contexto de la nueva economía y de la economía solidaria. Los análisis actuales usualmente contraponen la solidaridad/asociativismo a las formas de competitividad/individualismo. Pues, buscando problematizar esa supuesta oposición que investigamos cómo la solidaridad puede ser comprendida por 40 jóvenes divididos/as en dos grupos: 20 trabajadores/as inseridos en puestos de trabajo conectados a la telefonía móvil, a la informática e Internet, y al sector bancario posreestructuración productiva y 20 trabajadores/as vinculados a proyectos de economía solidaria y asociativismo. Utilizamos entrevistas inspiradas en el abordaje bibliográfica y una resolución de un dilema ético para entender los acontecimientos que marcaran la vida de esos jóvenes e influenciaran sus formas de inserción en los lazos sociales, considerando principalmente el trabajo y las relaciones sociales.

Palabras clave: Economía solidaria; jóvenes, trabajo, subjetividad, autogestión.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é discutir as implicações éticas da inserção dos/as jovens no mercado de trabalho na contemporaneidade. A fim de analisar o desdobramento

de tal questão, esboçaremos, inicialmente, a articulação entre as relações de trabalho, o contexto do mercado e seus efeitos na produção de subjetividade. A partir da compreensão da maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho, pretendemos

vislumbrar como a ética está intrinsecamente associada às possibilidades presentes no contexto contemporâneo de inserção no mercado de trabalho. Propomos pensar as diferentes formas de subjetivação, para isso utilizamos os conceitos de “processos” e “modos de subjetivação”. Segundo Fonseca (1995), esses conceitos podem ser compreendidos a partir da relação estabelecida entre os sujeitos e o regramento social, nas formas como esses se vêem obrigados a cumprir e, ao mesmo tempo, se reconhecer como ligados a um código moral e, no caso da análise aqui proposta, à forma como este código se associa às imposições do mercado. Sendo assim, podemos apontar a conexão entre o regime de verdades legitimado no contexto da sociedade neoliberal globalizada e a forma como os sujeitos experienciam essas novas normas da vida em sociedade em suas trajetórias; conjugação esta que promoverá os parâmetros da sujeição contemporânea.

O/A trabalhador/a da modernidade se define a partir de um regime de verdades (Foucault, 1994) que configura uma forma predominante de ser e existir no mundo. Esse balizamento moral, construído ao longo da trajetória dos sujeitos em seus primeiros contatos sociais como: família, escola, contexto social de proximidade; pode, ao longo do tempo, sofrer mudanças, devido à influência de outros grupos e de diferentes vivências. Sendo assim, tendo em vista que o código moral é de caráter mutável e suscetível às transformações do contexto social, esse vai apresentar aos sujeitos novas condições para que estes realizem a experimentação de si mesmos, ou seja, possam se pensar de outra forma ou reiterar modos já incorporados, mas adaptados ao novo regramento social. Estas novas condições e regramentos são intimamente associados ao trabalho, o qual tem se constituído, a partir da modernidade, direta ou indiretamente, como um elemento central e determinante do código moral. Portanto, a atividade laboral passa a estabelecer as regras de conduta do sujeito e guiar o julgamento das ações com relação à estrutura da família, à educação dos/as filhos/as, à ação política. Como consequência, o trabalho influencia a lógica central do laço social: produzindo, assim, subjetividade. Além disso, ele também proporciona as garantias morais (do ponto de vista simbólico) e materiais (do ponto de vista concreto) do exercício da cidadania plena, já que a atividade produtiva instaurou-se a partir da modernidade como parâmetro identitário principal, pois é capaz de compor uma série de regras que constituem o balizamento moral entre (e para) os sujeitos.

Considerando que a relação entre trabalho e subjetividade está constantemente sofrendo transformações, pois essa se encontra associada às condições históricas, políticas e econômicas; é possível

compreender como o estabelecimento do laço social sofre ação direta da divisão do trabalho (Durkheimn 1993 [1895]), conseqüentemente, as relações sociais acabam por ser influenciadas pelo modelo produtivo em voga. Além das premissas individualistas propostas pelo capitalismo como modo de produção; com o advento da reestruturação produtiva, novas formas de acumulação e (des)regulamentação das relações de trabalho foram desenvolvidas, impondo, dessa maneira, novas exigências de competências para o/a trabalhador/a. É por esta razão que Deleuze (1986) afirma que mutações dentro do sistema acabam por produzir novas formas de subjetivação, pois cada mudança social acarreta em uma conseqüente reconversão subjetiva, bem como os potenciais de resistência e transformação.

No caso brasileiro, com essas modificações, o fosso social que separa a parcela da população inserida no mercado formal se distanciou ainda mais da porção impedida de participar da chamada “nova economia”. Com isso, os/as desfiliaados/as (Castel, 1998) e os/as nunca filiados/as, ou seja, indivíduos que, por estarem privados/impedidos de construir as potencialidades exigidas pelo modelo de trabalhador/a do mercado neoliberal ou por possuírem as características de grupo que foram histórica e culturalmente estigmatizadas na construção da desigualdade social brasileira (em razão da ausência de formação específica, pela idade, pelo sexo, pela origem social ou pela cor da pele, etc.), acabam sendo expulsas do *core* das posições valorizadas no mercado. Assim, para esses/as, resta como saída a entrada no mercado informal, a violência urbana (o delito), a dependência do Estado e de seus programas sociais ou a participação nos arranjos alternativos de geração de renda tais como cooperativas e associações.

Ao problematizarmos as implicações éticas do trabalho, devemos levar em consideração os dispositivos da sociedade de controle que se apresentam na atividade laboral, pois é através da análise das relações de poder que temos a possibilidade de compreender as amarras feitas entorno da relação indivíduo-trabalho e sua configuração moral. De acordo com a perspectiva de Foucault, a ética deve ser compreendida como o exercício da liberdade na prática cotidiana da reflexão crítica sobre os jogos de poder e verdade nos quais os sujeitos se constituem em determinadas formas de dominação. Características de qualquer relação de poder, as estratégias de controle buscam influenciar condutas e modos de ser; enfim, balizam os processos de subjetivação, os quais se constituem e se definem a partir do grau de liberdade com que se pode jogar o jogo da dominação/resistência/criação em cada momento da história, tendo em conta seus respectivos parâmetros de constituição. Essas estratégias são intrínsecas a qualquer

relação; com isso, o poder circula em um perímetro de liberdade no qual o sujeito se (auto)constitui. Portanto, de acordo com tal perspectiva, para que a ética se configure dentro de um mínimo de dominação, o sujeito deve ter espaços permeáveis, nos quais possa exercer a reflexão de seus atos; afinal, uma dominação que não restrinja inteiramente o indivíduo; para que, dessa forma, tenha a possibilidade de construir uma determinada estilística para a sua existência, ou seja, às possibilidades de singularização em oposição a uma serialização identitária.

Ao transportarmos tais conceitos para o mundo do trabalho, percebemos o quanto essa atividade ao ser tomada enquanto substância ética para o sujeito é cerceada pela lógica neoliberal de mercado, a qual impôs um desequilíbrio no arranjo de forças que se construiu na modernidade. Neste contexto nos aproximamos da lógica de um estado de dominação, com um grau de liberdade restrito, limitando o exercício de uma prática ética reflexiva; já que neste contexto de trabalho imperam elementos fortemente delimitadores das práticas, instaurando relações assimétricas. Ilustrando tal premissa, temos os elementos norteadores da prática neoliberal de produção, caracterizada pelo incremento do individualismo, por uma hierarquização invisibilizada pelos controles informatizados e auto-geridos, pela polivalência de tarefas, pela abolição de uma identidade construída em torno do orgulho do *métier* – pela disseminação da lógica da competição interna (entre pares e equipes) e a conseqüente quebra da solidariedade entre os trabalhadores.

Nesse impasse, a resistência; ou seja, a possibilidade de redimensionar a norma do mercado, assume como direção lógica a negação dos princípios neoliberais básicos como o individualismo e a competitividade uma vez que, como anteriormente colocado, esta aprisionaria o sujeito em formas de organização do trabalho que fragilizam o laço social e a solidariedade. Dessa maneira, surgem como contraponto ao modo neoliberal de trabalhar e, portanto, modo neoliberal de se subjetivar, formas de organização do trabalho mais próximas à solidariedade e ao cooperativismo. Buscando assim construir as possibilidades de relações mais horizontais e a participação efetiva do indivíduo na definição conjunta dos destinos de seu trabalho e da sociedade onde vive, oportunizando ao sujeito, como conseqüência, espaços de reflexão e, com isso, facilitando a construção de uma nova estilística de vida. Sendo assim, a solidariedade se configuraria em uma saída aos paradigmas contemporâneos, uma resistência a esses.

Ao introduzirmos alguns dos conceitos que buscam definir a solidariedade, é importante ressaltar que o termo é utilizado na maioria das vezes de forma

genérica e indefinida (inclusive no universo teórico que sustenta a Economia Solidária), pois há uma flexibilidade de sentidos quanto ao contexto histórico, espacial e cultural. Usualmente, o conceito pode ser estabelecido a partir do sentimento de semelhança/identificação entre os indivíduos e não necessariamente atrelada diretamente à interdependência intrínseca nos contextos sociais. Assim, a solidariedade apresentaria componentes como o compartilhamento, a afeição e o cuidado mútuo. Apresentando uma visão mais pragmática e relativista da solidariedade, Rorty (in Ewald, 2003); define o conceito como sendo uma rede de laços entre os indivíduos, buscando a melhoria das condições de vida em caráter pessoal ou da comunidade.

Tendo em vista a alternativa da Economia Solidária, esta representaria o progresso da assimilação do conceito de solidariedade no mundo do trabalho, já que parte de pressupostos ligados ao fortalecimento do laço social e cooperação entre indivíduos. Assim, tal prática pode vir a ilustrar o exercício de uma outra ética de trabalho, uma ética que dá espaço para a reflexão sobre a gestão do trabalho, introduzindo a possibilidade de repensar a atividade produtiva, as pequenas práticas diárias de trabalho e as formas de implicação dos indivíduos no projeto coletivo. Além disso, a lógica solidária de trabalho poderia servir como ferramenta de mudança, dessa forma, incentivando interações mais próximas e a solidariedade entre os trabalhadores (a cooperação), enfim: uma nova forma de laço social que teria como ponto de partida a solidariedade entre colegas de trabalho.

O advento da Economia Solidária possui uma intensa conexão com a problemática da desigualdade social; já que a construção de laços solidários é potencialmente capaz de diminuir a fragilidade do indivíduo em relação ao contexto de pobreza. Sendo assim, o sujeito que vive em situação de carência e que não possui o devido respaldo do Estado – os desfiliaados de Castel – ou os nunca filiados no caso brasileiro e/ou o que poderíamos chamar de “semi” filiados (em razão da fragilidade dos programas sociais como o bolsa família) construiriam uma rede de apoio entre aqueles em igual situação.

A valorização e disseminação do sentimento solidário poderiam estar sinalizando um esgotamento da lógica neoliberal competitiva e predatória, conseqüentemente, nortearia um novo modo de vida, que respeitaria as singularidades. Seguindo tal lógica, Lisboa (2003) afirma que a sociedade carece do conceito em uma dimensão que inclua a relação entre as classes sociais, de total aceitação do outro, esse contendo todas as suas diferenças (diferenças raciais, de gênero, de orientação sexual, de classe e

ideológicas). Em um momento muito anterior, Smith, (in Ewald, 2003), já afirmava que: “a responsabilidade moral vem da simpatia, da capacidade de compartilhar sentimentos, sendo assim a evolução ética depende da sensibilização”. Nesse ponto, vislumbramos, já em Smith, a relação entre a perspectiva da solidariedade enquanto afeto pelo outro e a ética; portanto, o laço social pode ilustrar a maneira pela qual o sujeito lida com as relações de poder no contexto social, servindo, então, de elemento norteador na reflexão e na formação de parâmetros valorativos.

É, justamente, tentando considerar as supostas diferenças entre a proposta da Economia Solidária, que estaria carregando ideais mais próximos à solidariedade e ao associativismo, em oposição às regras do mercado neoliberal (competitividade/individualismo) que buscamos aqui compreender como a solidariedade é compreendida por 40 jovens divididos em dois grupos: vinte jovens trabalhadores/as inseridos/as em ocupações da denominada “nova economia” (fortemente marcada pelos princípios morais do neoliberalismo) – entre esses: seis ligados/as à telefonia móvel, oito à informática-internet e seis jovens do setor bancário pós-reestruturação. E ainda, vinte jovens vinculados/as a projetos de Economia Solidária e associativismo comunitário - entre eles: cinco de um projeto de triagem de lixo (Galpão de reciclagem), cinco participantes de uma iniciativa de inclusão digital (telecentro) e dez de uma cooperativa metalúrgica.

Cabe ressaltar que nossa análise não pretende apontar conclusões que impliquem uma generalização de caráter universal. O exercício exploratório de pesquisa que apresentamos não visa a construir qualquer tipo de verdade definitiva acerca da problemática. O estudo se restringe ao contexto explorado e à compreensão dos processos; dessa maneira, a reflexão oferecida se estende ao universo das entrevistas realizadas e sua comparação. Trata-se de explorar a lógica da construção de sentidos e como este processo implica na constituição subjetiva, a qual é sempre marcada por uma tensão permanente entre o que é imposto ou oferecido aos sujeitos pela cultura/subcultura e sociedade/grupo nos quais estão inseridos e os processos de constituição de si a partir de um regramento social historicamente delimitado.

METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender os diversos fatores que caracterizam a subjetividade na sua forma indivíduo, sua contextualização e seus atravessamentos em relação à inserção profissional e o significado do trabalho, utilizou-se à abordagem biográfica de Cabanes (2002) como principal ferramenta de pesquisa.

As entrevistas buscaram reconstruir a história de vida do sujeito, propiciando a compreensão acerca dos jogos de verdade sobre o trabalho e seus efeitos nos processos de subjetivação. Essa abordagem busca esclarecer as lógicas que orientaram os indivíduos na forma como construíram suas vidas a partir da inserção (ou da tentativa de) no mercado de trabalho. A análise buscou definir a visão de vida e de mundo do entrevistado, juntamente com sua inserção na história social e cultural. Assim, foram levados em conta os diferentes marcadores sociais dos/as entrevistados/as; escolaridade, idade, trajetória de trabalho, religião, profissão dos pais, participação política (em sindicatos, por exemplo); enfim, a análise buscou reconstruir nas entrevistas a visão de mundo que guiou a trajetória do/a entrevistado/a. Dentro dessa proposta de entrevista, buscou-se apreender na história de vida dos sujeitos, seus ideais (em relação à família, ao trabalho, ao futuro), essas projeções nos ofereceram pistas de análise; possibilitando, dessa forma, a elucidação das possíveis marcas e agenciamentos presentes nos processos de subjetivação.

De acordo com Carvalho (2002), os métodos biográficos operam no interjogo entre a privacidade de um sujeito e o espaço sócio-histórico de sua existência, seja ampliando a compreensão dos fenômenos sociais e grupais, seja fazendo emergir um sujeito capaz de recontar a narrativa sobre si mesmo. Nesta direção Cabanes afirma: “(...) o relato biográfico – *récit biographique* – permite efetuar (...) a análise da construção social da relação consigo mesmo” (Cabanes, 2002, p.417).

Assim, com a utilização de tal método, o estudo foi capaz de ir além dos fatores que induzem a um determinado destino social comum, abarcando também a compreensão das singularidades de cada história. Na análise ressaltaremos a maneira como o trabalho atravessa os processos de subjetivação dos/as trabalhadores/as, quanto aos julgamentos morais que conduzem à vida em sociedade e ao engajamento no laço social. Nesta direção e como elemento adicional à entrevista baseada na trajetória de vida; propomos um dilema ético ao final da entrevista com a intenção de fazer com que os/as entrevistados/as exercitassem a lógica que guia a reflexão moral.

Para uma melhor aproximação da problemática: solidariedade/associativismo e competitividade/individualismo; centramos-nos na análise de dois momentos mais estruturados da entrevista, ou seja: uma pergunta que indagava sobre a existência de maior companheirismo ou competição no trabalho? E por quê? E do dilema ético que envolvia uma escolha entre dizer a verdade e perder uma oportunidade de promoção imediata ou calar-se e aproveitar uma boa

chance na organização, seja ela na economia solidária ou nas empresas na nova economia. A questão também demandava uma explicação das razões para a decisão, se o/a entrevistado/a julgava a escolha correta ou incorreta e qual sua impressão quanto à atitude dos/as colegas se confrontados/as com a mesma situação. Ambas respostas foram analisadas conjuntamente com o contexto social das trajetórias de vida.

O dilema teve por objetivo produzir uma operação reflexiva no indivíduo na qual ele/ela testa seus valores, ou seja: os valores individuais construídos a partir da forma singular de incorporação do código moral, – o desejo de ser fiel a si mesmo – o ideal (código) moral (correto/incorreto) presente na sociedade em que vive – referenciado a partir das premissas jurídicas, culturais ou religiosas – e as obrigações contratuais para com os outros. De acordo com Lemmon, (in Realpe, 2001), é neste universo que o indivíduo toma a suas decisões.

Sendo assim, segundo o mesmo autor – que faz referência ao impasse decisório – o sujeito tem a possibilidade de guiar sua decisão a partir de três pontos norteadores: os deveres, esses referentes à sua relação com os demais; as obrigações, que seria a celebração de ações contratuais (prometer, jurar; enfim, fazer um pacto com outro); e os princípios morais, que seriam as decisões tomadas de acordo com a regra do “correto”, do esperado socialmente. Assim, justamente, com o objetivo de perceber os nortes que conduzem tal decisão, que o dilema insere-se nesse estudo, visando a pontuar e perceber como se constrói a reflexão ética dos/as entrevistados/as.

A análise foi baseada na leitura compreensiva das entrevistas tal como descrita em Bourdieu (1993). Nessa abordagem, a análise se centra basicamente na confrontação contínua das experiências e das reflexões dos/as participantes envolvidos no estudo. Sendo assim, ela se constrói tanto a partir das respostas, quanto nas discussões da equipe de pesquisa contextualizada pela orientação teórica escolhida. Para Bourdieu (1993), tal análise propõe como procedimento para a compreensão a reflexividade reflexa; esse processo implica na tensão permanente entre o ponto de vista do/a entrevistador/a e o ponto de vista do/a entrevistado/a, ou seja, como a visão de mundo do/a pesquisador/a apreende a visão de mundo presente no relato da trajetória de vida. Para o autor, o processo de pesquisa é incontestavelmente uma relação social. Portanto, a interação (condições institucionais da pesquisa, origem do/a pesquisador/a, locus social do/a pesquisado/a) possui, inevitavelmente, efeitos sobre as/os participantes; fatores esses que devem ser compreendidos e analisados, sem a pretensão de eliminá-los. No caso do estudo, os/as pesquisadores/as exerceram essa escuta diferenciada nos mais diferentes locus de pesquisa: nas empresas de telefonia móvel,

nos setores ligados à internet, no setor bancário e nos projetos associativos da economia solidária (galpão de reciclagem, cooperativa metalúrgica e telecentro). Além disso, todas as informações obtidas através do estudo foram intensamente discutidas pelo grupo de pesquisa; as impressões pessoais, as interferências sucedidas ao longo da entrevista, as omissões por parte dos/as entrevistados/as e, ainda, a própria influência do/a pesquisador/a dentro desse locus.

DISCUSSÃO

Seguindo o primeiro eixo proposto – que confronta a competitividade com o companheirismo – o estudo mostra que há predominância da competição nas relações de trabalho descritas pelos/as entrevistados/as; em relação ao grupo da nova economia, esta conclusão não representa novidade, entretanto, este valor também está presente de forma predominante no grupo pertencente à Economia Solidária, o que aponta para algumas das dificuldades de implantação dos princípios guias da economia solidária. O ideal competitivo se sustenta nos relatos dos/as trabalhadores/as por meio de diferentes justificativas conectadas diretamente ao contexto de trabalho experienciado e a vulnerabilidade social que marcam as trajetórias de vida dos/as participantes dos projetos da economia solidária.

Entre os/as envolvidos/as na proposta da economia solidária, o caráter competitivo no trabalho aparece como uma saída – talvez a única possível – de geração de renda. Sendo assim, a competitividade estaria atrelada à necessidade de sobrevivência do sujeito, já que, por essa via, o sustento econômico do indivíduo estaria mais facilmente garantido, pois a atitude não competitiva, dentro do contexto contemporâneo – mesmo em uma cooperativa –, poderia acarretar a perda da fonte de sustento. Exemplificando tal justificativa, citamos a fala de um dos participantes que reflete claramente esse impasse: “os dias de hoje são incertos, hoje tu tá trabalhando, amanhã tu não sabe”. Ilustrando essa imposição de uma forma de conduta competitiva temos, ainda, outra fala que, apesar de relativizar a competição, sustenta essa como necessária para o bem individual: “Tu vai ter sempre que passar por cima de alguém que de repente talvez até tu não queira, mas...”. É importante ressaltar que essa lógica, presa à sobrevivência, é predominante nos/as trabalhadores/as da Economia Solidária, pois esses/as se encontram em um contexto de vulnerabilidade social. Nesse grupo sublinhamos, ainda, a carga moral implicada nessa resposta (reveladora da competitividade como imposição e como valor), pois muitos/as dos/as participantes introduzem a noção de “errado” associada a maior competição nos locais de trabalho, mas, mesmo

assim, mantém a postura competitiva justificada pela necessidade do auto-sustento.

Diferenciando-se dos argumentos indicados pelos participantes da economia solidária; para os/as trabalhadores/as da nova economia, a competitividade é um valor em si. Dessa maneira, esse ideal se fundamentaria em uma espécie de luta pelo status; enfim, a busca da valoração simbólica representada por uma posição superior na hierarquia social e que se materializa em um padrão de consumo alto. Sendo assim, ser competitivo, além de ser inerente à situação de trabalho – como afirmado por alguns/mas –, representa uma “vantagem” sobre os/as demais, pois, ao ser mais competitivo que os outros, o sujeito abriria novas possibilidades profissionais. Esta percepção é confirmada através da fala: “todos competem comigo, cada um compete entre si e, no banco, as pessoas são extremamente audaciosas, então, ninguém quer ficar atrás do outro”, ou ainda através da fala: “Eu sou um cara altamente competitivo... eu prefiro ser assim, ser competitivo, a minha gana é vencer... Eu não vou chegar no segundo lugar, eu vou pra ganhar”.

Outros/as integrantes da nova economia justificam a predominância da atitude competitiva afirmando que esta lógica é reforçada pela empresa onde trabalham. Neste contexto, introduz-se, conseqüentemente, outra significação simbólica ao termo agressividade no trabalho (geralmente conectados à atitude competitiva); portanto, esse atributo passa a um ideal a atingir como forma de avançar nos empreendimentos do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, percebemos como as estratégias de gestão são capazes de influenciar os valores dos indivíduos.

Nesta problemática é interessante perceber como o contexto atual de flexibilização do trabalho transforma, de certa maneira, a forma do sujeito se portar diante das possibilidades oferecidas pelo mercado, ou ainda criadas (na perspectiva da empregabilidade) pelo indivíduo e oferecidas como um novo produto ainda não demandado. Em relação à nova economia, notamos que essa atitude agressiva; no caso dos cargos mais elevados, acaba por não somente representar um importante atributo, mas também um elemento capaz de influenciar sua relação com seu cargo e com a empresa. Se no modelo fordista, idealizava-se a carreira em uma mesma empresa, algo conquistado aos poucos, e sustentado pela identificação do trabalhador com a empresa. No modelo da acumulação flexível, por sua vez, os/as trabalhadores/as da nova economia passam a flexibilizar tanto seus relacionamentos com os/as colegas de serviço, quanto com a empresa em questão. Portanto, há uma negociação permanente entre empresa e trabalhador/a, a qual é fluída e de curto prazo

(sujeita às modificações de ambas as partes). O ideal de inserção no mercado passa pelo padrão de excelência (expertise) conquistado pelo/a trabalhador/a, o qual passaria a ser disputado/a no mercado devido as suas competências. Estas competências são constantemente testadas no jogo da inserção em múltiplos projetos com tempo de duração determinado e centrado em equipes reconfiguradas a cada necessidade do projeto em questão, implicando assim em uma grande rotatividade e uma implicação no trabalho marcada pela instrumentalidade na relação com as pessoas. Assim, o indivíduo passa a encarar seu fazer de maneira diversa, sujeito à flexibilização permanente e disputas acirradas por fatias do mercado.

Nas entrevistas dos/as jovens da nova economia fica evidente o processo de naturalização da competitividade que se acopla perfeitamente aos valores que definem os jogos de poder e verdade no capitalismo contemporâneo. Estes valores são vivenciados de forma claramente aberta e incorporada às práticas do cotidiano sem críticas aos seus efeitos no laço social mais amplo, ou seja, aquele que foge aos limites do grupo de pertencimento. Nesta constatação encontramos um processo muito similar ao descrito por Sennett (1998) ao apontar a relação entre a “corrosão do caráter” e a rapidez e a instrumentalidade das relações de trabalho, assim como a problematização da “banalização do mal” a partir da experiência do medo e da competitividade no trabalho identificados por Dejours (2000).

Contrapondo com o ideal da competitividade, nos/as poucos/as entrevistados/as ligados/as à Economia Solidária e os/as raros/as ligados/as à Nova Economia que defendem e descrevem o companheirismo como predominante nas relações de trabalho; encontramos dois grupos de respostas: no primeiro, estão presentes os ideais solidários associados aos laços de afeto por um lado e a solidariedade como um valor em si e uma perspectiva política; no segundo, uma forma de solidariedade marcada pelo utilitarismo. Fazendo referência ao primeiro grupo; alguns/mas dos/as trabalhadores/as engajados/as – e comprometidos/as – com a proposta da Economia Solidária defenderam valores baseados na construção e no fortalecimento do laço social entre os/as companheiros de trabalho, noção ilustrada na fala: “De forma solidária, de forma unida, a gente enquanto população tem que se unir para desenvolver o meio em que a gente está vivendo, tentando levar uma vida melhor pras outras pessoas, não esperar que os governos façam, a gente se unir aos governos para fazer, porque tem muito a ser feito ainda no nosso país, mas a gente tem que começar a fazer, a gente tem que esquecer um pouco essa história de deixar pros outros fazer e começar a fazer.” Aqui, nessa justificativa, percebe-se a existência dos

princípios norteadores da economia solidária, esses já incorporados à reflexão ética dos sujeitos envolvidos no empreendimento.

Para os/as participantes da nova economia, a urgência do trabalho em equipe e a necessidade de estabelecer um mínimo de confiança nos relacionamentos em razão da “troca de informações, favores, atualização”, acabaram por fundamentar uma implicação instrumental no sentido atribuído ao companheirismo nas relações de trabalho. Sendo assim, os relacionamentos se estabelecem calcados em um interesse individual, não a partir de um ideal coletivo, solidário; ilustrando, dessa maneira, laços interpessoais frágeis e utilitários. Exemplificando essa noção, retomamos algumas falas: “companheirismo eu vejo no lado que tu tem que desenvolver um processo e tu tem dúvidas porque ele está relacionado com outras atividades, tu procura as pessoas que conhecem aquilo e as pessoas se dispõem a te explicar como é aquilo para o processo como um todo funcionar melhor” ou ainda “existe troca de informações para o bem da equipe”. Dessa maneira, o relacionamento com o colega de trabalho torna-se instrumental; visando, na maioria das vezes, mais a obtenção de alguma espécie de incremento na produção; do que necessariamente um compartilhamento solidário.

Ao abordar o dilema ético proposto, as respostas dos dois grupos, em geral, apontam para a falta de confiança e companheirismo entre os/as colegas de trabalho, pois – se percebe – que não há o estabelecimento de confiança em relação a esses/as; já que eles/as supõem que seus/suas companheiros/as seriam guiados/as pela lógica individual: omitindo a situação e tomando o cargo mais prestigiado e melhor remunerado, apesar de prejudicar o outro. Podemos exemplificar através da fala: “Eu acho que a maioria dos meus colegas ficaria quieto e pegaria a vaga. Não interessa o que é certo e errado, interessa o que é bom pra ti”.

Já no contexto da decisão própria, a maioria das pessoas foi guiada pela norma moral do correto/verdade, incorreto/mentira, fazendo o “correto”. Nesse ponto, podemos relativizar tais colocações, pois não devemos ignorar os padrões morais estabelecidos em sociedade, que acabam por produzir respostas mais ligadas ao código normativo e que ofereçam uma imagem positiva de si mesmos/as, que a ética reflexiva do sujeito em questão.

Sublinhando essa colocação, evidenciamos a presença de inúmeros elementos ambíguos nas respostas. Destacando, no contexto da nova economia, aparecem justificativas provenientes da crença na meritocracia e expectativas de serem recompensados/as posteriormente pela ação de defesa do superior na hierarquia; sendo assim, a partir desses elementos

temos a possibilidade de perceber a fluidez dessa ética, exemplificada na fala: “Eu se tivesse a chance eu ajudaria a pessoa até porque aquela pessoa ia ser eternamente grata comigo e amanhã ou depois que ela fosse promovida, porque se é uma acusação injusta de repente ela seria reconhecida pelo banco depois, amanhã ou depois eu tenho certeza que a primeira pessoa que ela ia chamar ia ser eu”. Ilustrando o ideal de capacidade de crescimento próprio baseado exclusivamente no potencial individual – a meritocracia – temos: “Eu falaria. Eu tenho capacidade para me promover por conta própria, não preciso fazer isso em cima de outras pessoas”.

Contribuindo com a discussão, emergiram também, em alguns relatos da Economia Solidária, reflexões éticas ligadas a outros valores que a solidariedade; já que, fatores como a necessidade do próprio sustento e a “bondade” (em uma relação de caráter paternalista/assistencialista) e o relacionamento pessoal com o/a presidente apareceram como justificativa. Exemplificando: “Se eu não gostasse do cara com certeza não falaria nada. Agora se eu gostasse do cara, respeitasse o cara aí eu pensaria”. Nesse ponto percebemos que os valores defendidos pelo movimento da economia solidária estão pouco presentes na reflexão ética dos sujeitos em questão.

Portanto, a construção de uma nova forma de viver e trabalhar, mesmo para os/as trabalhadores/as que se propõe a trabalhar em uma proposta mais solidária, segue a ordem normativa capitalista; já que os princípios da economia solidária se construíram na direção contrária aos mecanismos de valorização da competição na sociedade contemporânea. Assim, no contexto da economia solidária. Percebemos a predominância de ajustes que, buscam o fortalecimento laço social, não pela solidariedade como valor político, mas sim construída com base nos laços de afeto e proximidade entre os/as participantes. Segundo as entrevistas, a produção desses laços estreitos, baseados em afinidades, é importante para que esse/a trabalhador/a possa continuar contribuindo com o empreendimento.

Contribuindo com a discussão trazemos algumas conclusões de estudos recentes acerca de iniciativas solidárias, percebe-se que também nesses, o idealismo constituinte da economia solidária é ligeiramente contrariado: o conceito de solidariedade se vê frequentemente atrelado a uma ação executada pelos indivíduos. Exemplificando, temos a caracterização feita por Carvalho e Pires (2004), a qual se refere ao laço solidário a partir das atitudes dos/as participantes dos projetos como: a participação efetiva do membro nos processos decisórios da associação, bem como nas assembléias propostas.

Dessa maneira, vislumbramos o termo solidariedade de forma estanque limitado a certa atitude, desvinculado de uma implicação ética de ordem reflexiva, já que se configura em uma ação e não no sentido da ação e da solidariedade como um valor em si. Com isso, percebemos que, apesar do ideal da economia solidária se apresentar em uma resistência ao modelo neoliberal; portanto, capaz de oferecer o espaço para a prática da ética reflexiva que implique nos efeitos das ações de uns sobre os outros; em sua implementação, de fato, essa pode apresentar algumas contradições, impedindo, dessa forma, o exercício reflexivo e a reivindicada resistência.

Sendo assim, apesar de contrapor diretamente a fundamentação solidária, Borgeous (in Ewald, 2003) contribui com a discussão propondo a não existência de doutrinas solidárias, mas sim uma espécie de solidarismo retrógrado: uma solução medíocre entre o liberalismo e o socialismo. De acordo com o filósofo, a solidariedade transformou-se em uma doutrina moral e não em uma questão social. Com isso, percebemos o quanto a Economia Solidária se vê inscrita nesse impasse, já que se constitui a margem de uma economia que pressupõe valores diretamente contrários a tal lógica. Além desse fato, a inserção da maioria dos/as jovens na Economia Solidária, usualmente, se constitui não a partir do ideal cooperativo de seus participantes; mas sim, principalmente, a partir da busca de uma solução, nem sempre eficiente, ao desemprego.¹ Conseqüentemente, vislumbramos a dificuldade de estabelecer os elementos que norteiam a ética reflexiva baseada na solidariedade em tal contexto.

CONCLUSÃO

Ao nos depararmos com essa diversidade de arranjos relacionados tanto à implicação do sujeito com o trabalho, quanto à interação entre o indivíduo e seus/suas colegas, percebemos que há uma dificuldade em enquadrar e sintetizar a reflexão ética dos sujeitos sem reduzir a complexidade do contexto social que guia as possibilidades de julgamento em relação às ações de cada trabalhador/a. Assim, é intrínseco ao estudo; uma espécie de modulação, com a finalidade de tornar os conceitos expostos mais claros e abrangentes sem que esses se distanciem muito da trajetória de vida singular de cada indivíduo.

Dessa maneira percebemos que, em relação aos/as participantes da nova economia, há uma adesão ao discurso gerencial, sustentado tanto por premissas individuais (segurança financeira e/ou status) como por pressupostos intrínsecos na

organização do trabalho (a empresa exige, o sujeito se molda ao pedido). Assim, vislumbramos nesse grupo a constituição de uma ética individualista que visa a assegurar o lugar no indivíduo na empresa; com isso, os princípios éticos em jogo favorecem a adaptação do sujeito para com o meio (a empresa) e o motiva em prol das metas pelas quais trabalha.

Já em relação aos empreendimentos solidários e ao associativismo, percebemos uma diversidade maior de implicação do sujeito para com o trabalho e com os/as colegas. Alguns/mas dos/as entrevistados/as defendem os princípios do movimento da economia solidária, assim o conceito de solidariedade opera diretamente como identificação do indivíduo com o projeto político da economia solidária, dessa maneira, o sujeito toma para si tais premissas éticas, modificando, assim, sua reflexão e, conseqüentemente, sua estilística de vida. Neste caso, de fato, os princípios solidários modelam a subjetividade dos sujeitos em questão.

Contrapondo esse ideal que marca os princípios da Economia Solidária, encontramos lógicas mais próximas de formas tradicionais de solidariedade. Essas relacionadas à família e à comunidade próxima (laços de afeto); dessa maneira, o laço social se forma a partir de afinidades ou interesses comuns, desenhando-se de maneira fechada; ou seja, a solidariedade está presente na relação com os pares eleitos e não como valor aplicável à sociedade como um todo. Outro componente desta diversidade de sentido atribuído a solidariedade e que se distancia do ideal do movimento da economia solidária se apresentou nas formas instrumentais/utilitaristas da inserção do sujeito no empreendimento, geralmente ligadas exclusivamente à sobrevivência.

Neste ponto, é importante ressaltar que o próprio conceito de solidariedade discutido ao longo do artigo não possui um único sentido, visto que existem inúmeras maneiras desse conceito se apresentar nas relações de trabalho. Dessa maneira, a solidariedade não deve ser vista como um conceito rígido, mas devemos observá-la na forma como ela opera no contexto do mundo do trabalho, enfim, como este ideal influencia à trajetória de vida dos sujeitos em questão.

REFERÊNCIAS

- Barfknecht, K. S., Merlo, A. R. C., & Nardi, H. C. (2006). Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicologia e Sociedade*, 18, 1, p. 54-61.
- Bourdieu, P. (1993). *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- Cabanes, R. (2002). *Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière, São Paulo, Brésil*. Paris: Karthala-RD Éditions.

- Cabanes, R. (2002). Quelle Approche Biographique? *Revue Internationale de Psychosociologie*, VI, 14, 19-36.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, I.C.M. (2003). Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horiz. antropol.* [online], 9, 19, 283-302 [acesso 26 janeiro 2005]. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832003000100012&lng=pt&nrm=iso
- Dejours, C. (1998). *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice social*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- Deleuze, G. (1986). *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (1982). *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Durkheim, E. (1993). *Da divisão do trabalho social*. Petrópolis, Vozes.
- Ewald, F. Solidariedade. (2003). In Canto-Sperber, M. *Dicionário de filosofia* (pp. 622-630). São Leopoldo: Editora Unisinos.
- Fonseca, M. A. (1995). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1994). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In *Dits et écrits* (pp. 708-729). Paris: Gallimard.
- Lisboa, A. (2003). Solidariedade. In Cattani, A. *A outra economia* (pp. 242-249). Porto Alegre: Veraz.
- Pires, S., & Carvalho, R. (2004). Solidariedade. In Gaiger, L. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil: para além dos aspectos econômicos da Economia Solidária* (pp. 189-228). Porto Alegre: UFRGS.
- Sennet, R. (1998). *The corrosion of character: personal consequences of work in the new capitalism*. New York: W. W. Norton & Company.
- Realpe, S. (2001). Dilemas Morales. *Estudios Gerenciales*, 80, 113-127.

Recebido em: 19/05/2008. Aceito em: 22/05/2009.

Nota:

¹ Em outro trabalho de pesquisa (Barfknecht; Merlo, & Nardi, 2006) pudemos identificar outras formas de inserção na Economia Solidária, principalmente da geração de trabalhadores acima dos 50 anos, cuja forma de implicação é bem mais coerente com os princípios do movimento.

Autores:

Henrique Caetano Nardi – Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Manoela Carpenedo Rodrigues – Mestranda PPG Psicologia Social e Institucional na UFRGS.

Enviar correspondência para:

Henrique Caetano Nardi
Rua Francisco Ferrer 282/401
CEP 90420-140, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: henardi@terra.com.br